

A DIMENSÃO DA ÉTICA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SAÚDE: UM OLHAR SOBRE OS CONCEITOS

Antônio Macena de Figueiredo¹

Simone Cruz Machado Ferreira²

Resumo: Ética é um tema que sempre esteve presente nas diferentes sociedades e tem sido um assunto muito discutido no âmbito das profissões da saúde. Ela está relacionada aos atos morais, hábitos e regras sociais. Está relacionada a um conjunto de regras, princípios ou modos de pensar, de agir, de se relacionar com a vida e com as outras pessoas. É a ciência que estuda os fundamentos dos juízos morais, assim como estabelece os limites de conduta humana. Por isso é indispensável no exercício de qualquer profissão, sobretudo naquelas atividades que lidam com a vida e com a saúde humana. No presente texto, pretende-se expor o que se entende por ética, por moral e apresenta os fundamentos da ética profissional com enfoque na medicina e na enfermagem.

Palavras-Chave: Ética, Moral, Deontologia, Exercício Profissional, Saúde

Resumen: Ética es un tema que siempre estuvo presente en las diferentes sociedades y está siendo un asunto mucho discutido en el ámbito de las profesiones de la salud. Ella se ocupa de los actos morales, de los hábitos y de las reglas sociales. Está relacionada a un conjunto de reglas, principios o modos de pensar, de actuar, de relacionarse con la vida y con las otras personas. Es la ciencia que estudia los fundamentos de los juicios Morales, así como establece los límites de conducta humana. Por ello es indispensable en el ejercicio de cualquier profesión, sobre todo en aquellas actividades que soportan con la vida y con La salud humana. En el regalo texto, se pretende exponer lo que se entiende por ética, por moral y presenta los fundamentos de la ética profesional con enfoque en la medicina y en la enfermería.

¹ Enfermeiro, Advogado, Mestre em Educação, Doutor em Ciências da Saúde(área de concentração – Bioética) pela Universidade de Brasília - UnB; especialista em Ética Aplicada e Bioética (Fiocruz) e Professor Adjunto da EEAAC da Universidade Federal Fluminense (UFF). Presidente da Associação de Direito Médico e da Saúde do Estado do Rio de Janeiro RJ – Brasil. Contato: E-mail: macenaso@vm.uff.br; macenaso@yahoo.com.br

² Doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem Ana Nery – UFRJ (Brasil) e Professora Adjunto da EEAAC da Universidade Federal Fluminense. Contato: E-mail: s.cruz.ferreira@uol.com.br

Palabras Claves: Ética, Moral, Deontologia, Ejercicio Profesional, Salud

Abstract: Ethics is a theme that has always been present in different societies and has been widely discussed within the health professions. It is related to moral acts, habits and social rules. Ethics is constantly related to moral actions and habits. Comprehend a set of rules, principles or modes of thinking and acting and relates to the life and with other people. It is the science that studies the basis of moral judgments and establishes the limits of human behavior. Therefore it is necessary in the exercise of any profession, especially those activities that deal with life and human health. This article discusses what is meant by ethics, moral and presents the fundamentals of ethics focusing on the professional activities of medicine and nursing.

Key words: Ethics. Morale. Ethical Theory. Professional Practice. Health.

Introdução

Ética é um tema que sempre esteve presente nas diferentes sociedades, culturas e grandes religiões desde a Antiguidade. Atualmente, tem sido um assunto muito discutido em diversas atividades humanas, mas, ao que parece, esta inquietação retrata a necessidade de se rediscutir a conduta do homem frente às transformações culturais, morais, econômicas, políticas e técnico-científicas do mundo Pós-moderno.

Tornou-se um assunto corrente nos meios de comunicação; na vida política, privada e pública; no convívio social; nas relações humanas; na formação acadêmica e no exercício das profissões sobretudo naquelas que tem como objeto o próprio ser humano. Porém, questiona-se: de que trata a ética? O que ela ensina? O que é ser ético? O que se entende por dilemas éticos? E, o que representa um código de ética para uma determinada categoria profissional?

Tais questões não são fáceis de serem respondidas. Basta perguntar aos mais letrados dos homens para perceber que encontram alguma dificuldade ao tentar explicar¹. Como afirma Valls²: “Ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que é, mas que não são fáceis de explicar quando alguém pergunta”.

De forma sintética, no presente texto, pretende-se expor o que se entende por ética, por moral e apresenta os fundamentos da ética profissional, da deontologia e sua dimensão em face às atividades profissionais na área médica e da enfermagem.

O significado da ética

Tema exponencial que envolve a filosofia, os valores morais, a forma de pensar, de expressar, de agir e de comportar-se no meio social em que vive, estuda ou trabalha. A discussão em torno das questões éticas tem sido retomada em todos os setores da sociedade, em especial, na formação acadêmica, em virtude da multiplicidade de interpretações de valores ético-sociais que se cruzam.

Frequentemente, afirma-se que estamos atravessando uma “crise” de valores éticos. De fato, convivemos, hoje, em um mundo no qual parece não mais haver fronteiras, regras, nem limites do agir humano. O fato é que, quando o convívio

harmônico está em jogo e os valores éticos em conflito, predomina o “salve-se quem puder”. A partir de então, instalam-se as mais diversas formas de interpretações sobre o que se pode entender por ética.

Por existir várias formulações ou ponto de partida quando fala-se de ética, talvez, seja necessário fazer uma breve revisão a partir da origem etimológica do termo “ética”, uma vez que é de sua raiz primitiva que iremos encontrar as primeiras lições para esta compreensão. A palavra “ética”, deriva do vocábulo grego *ethos*. Nessa língua, possui duas grafias: $\eta\theta\omicron\zeta$ (*êthos*) e $\epsilon\theta\omicron\zeta$ (*éthos*), essa dupla grafia não é gratuita, pois reúne uma diversidade de significados³

Esses dois termos podem ser entendidos em três sentidos: “morada” ou “abrigo”, “caráter ou índole” e “hábitos” ou “costumes”.

a. O termo grego $\eta\theta\omicron\zeta$ (*êthos*), quando escrito com “eta” (η) inicial, possui dois sentidos: morada, caráter ou índole.

O primeiro sentido é de proteção. É o sentido mais antigo da palavra e significa “morada”, “abrigo” e “lugar onde se habita”. Usava-se, primeiramente, na poesia grega, com referência aos pastos e abrigos onde os animais habitavam e se criavam. Mais tarde, aplicou-se aos povos e aos homens no sentido de seu país. Depois, por extensão, à morada do próprio homem⁴, isto é, refere-se a uma habitação que é íntima e familiar, é o “lar”, um lugar onde o homem vive. É o lugar onde é mais provável de se encontrar o eu real. Ele representa aquilo que faz uma pessoa, um indivíduo: sua disposição, seus hábitos, seu comportamento e suas características.

O segundo significado da palavra *êthos* assume uma concepção histórica a partir de Aristóteles e representa o sentido mais comum na tradição filosófica do ocidente. Este sentido interessa à ética, em particular, por estar mais próximo do que se pode começar a entender por ética. *Êthos* significa “modo de ser” ou “caráter”, mas esse vocábulo apresenta um sentido bem mais amplo em relação ao que damos à palavra “ética”. O ético compreende, antes de tudo, as disposições do homem na vida, seu caráter, seus costumes e, naturalmente, também, a sua moral. Na realidade, poderia se traduzir como uma forma de vida no sentido preciso da palavra, isto é, diferenciando-se da simples maneira de ser⁴.

Interessa à ética, o caráter em seu sentido estritamente moral, isto é, a disposição fundamental de uma pessoa diante da vida, seu modo de ser estável do ponto de vista dos hábitos morais (disposição, atitudes, virtudes e vícios) que a marcam – que a caracterizam – e lhe conferem a índole peculiar que a distingue das demais. Refere-se ao conjunto das qualidades, boas ou más, de um indivíduo, resultante do progressivo exercício na vida coletiva. Esse modo de ser, apresenta uma dupla dimensão de permanência e de dinamismo. O núcleo de nossa identidade pessoal é o produto das opções morais que vamos fazendo em nossa biografia. Essas opções vão conformando nossa fisionomia moral – a classe de pessoas que somos, nossa índole moral –, ou seja, a disposição para nos deixar mover por uns motivos e não por outros⁵.

b. O segundo termo grego $\epsilon\theta\omicron\zeta$ (*éthos*), quando escrito com épsilon (ϵ) inicial, é traduzido por “hábitos” ou “costumes”

Este é o *éthos* social. Significa hábitos, costumes, tradições e refere-se aos atos concretos e particulares, por meio dos quais as pessoas realizam seu projeto de vida. Este sentido também interessa à ética, uma vez que o caráter moral vai se formando, precisamente, mediante as opções particulares que fazemos em nossa vida cotidiana⁵.

Pode-se inferir que é a força das tradições que vai formar a identidade de uma sociedade. Reciprocamente, os hábitos constituem o princípio intrínseco dos atos. Conforme assinala Aranguren⁴, parece haver um círculo *êthos*-hábitos-atos. Assim se compreende como é preciso resumir as duas variantes da acepção usual de *êthos*, estas sendo os princípios dos atos e aquele o seu resultado. *Ethos* é o caráter cunhado, impresso na alma por hábitos.

Esta tensão, sem contradição entre *êthos* como caráter e *éthos* como hábitos, definiria o âmbito conceitual da idéia central da ética. Razão pela qual, tanto na concepção clássica quanto na moderna, a ética ocupa-se constantemente dos atos morais e dos hábitos no sentido de virtudes e vícios¹.

As virtudes podem ser classificadas pela forma de aquisição: intelectuais e morais. As virtudes intelectuais são resultados do ensino, são muito artificiais, por isso precisam de experiências e tempo para formar o caráter. As virtudes morais são adquiridas pelo hábito, costumes ou experiência. Não são inatas, são adquiridas pelo exercício da *práxis*, com o convívio social, ou seja, com a disposição de viver ou conviver com os outros.

Concernentemente à distinção entre virtudes e vícios, explica Korte⁶ que as virtudes são as idéias ou razões positivas que trazem melhores resultados, ao passo que os vícios são os portadores dos insucessos e dos resultados negativos. Enquanto atuo, seja de acordo com virtudes ou vícios, procedo eticamente. Mas, e aí vem o fundamento da explicação, se os costumes (mores) indicam a prática da virtude, e eu pratico o vício, eu estou agindo contra a moral, mas a rigor, não estou agindo contra a Ética, mas contra as regras que me são recomendadas pelos conhecimentos trazidos pela Ética.

Por isso a ética pode ser entendida como a ciência da reta ordenação dos atos humanos desde os últimos princípios da razão. Estamos, portanto, diante de uma ciência prática, que trata de atos práticos. Todavia, a ética não se ocupa do irracional, como sugerem algumas interpretações, senão do racional prático, intentando saber o específico da moral em sua razão filosófica³. Isto é, a razão das escolhas de uma determinada conduta e os fundamentos e/ou justificativas das posições assumidas ou tomadas de decisões.

Considerando que a “ética” se ocupa da reflexão filosófica relativa à conduta humana, sob o prisma dos atos morais, ela vai examinar, então, a natureza dos valores morais e a possibilidade de justificar seu uso na orientação das ações e decisões⁷.

Nesse sentido, aduz Korte⁶ que “a ética estuda as relações entre o indivíduo e o contexto em que está situado.” Ou seja, entre o que é individualizado e o mundo a sua volta [mundo moral]. Procura enunciar e explicar as regras [sobre as quais se fundamenta a ação humana ou razão pela qual se deve fazer algo], normas, leis e princípios que regem os fenômenos éticos. São fenômenos éticos todos os acontecimentos que ocorrem nas relações entre o indivíduo e o seu contexto.

Sob tal perspectiva, pode-se inferir que a ética está relacionada a um conjunto de regras, de princípios ou de modos de pensar, expressar, agir e de se relacionar com a vida e com as outras pessoas. Conforme salienta Bellino⁸, “a ética é constituída de relações entre pessoas”. Sendo que o seu primado é o outro, visto que ninguém é ético para si mesmo. A eticidade é reconhecer que o outro vem sempre em primeiro lugar. É a regra de ouro – o princípio da reciprocidade – presente em todas as tradições culturais, desde a Antiguidade. O mais conhecido filósofo chinês, Confúcio (551 a.C. - 479 a.C.), já dizia: “o que você mesmo não deseja, não o faça aos outros homens”.

E o que a ética ensina? Como ressaltou Aristóteles, em sua *Ética a Nicômaco*, a ética ensina a viver, ela é para ser vivida, é *práxis* e não propriamente *theoria* ou *poesis* (noutras palavras: não é discurso, apenas; há de haver uma coerência entre a teoria e prática). Porém, ela instala-se em solo moral, uma vez que a ética se depara com uma experiência histórico-social no terreno moral, em cada cultura. Daí a primeira definição: ética ou filosofia da moral pode ser conceituada como a parte da filosofia que se ocupa com a reflexão a respeito dos fundamentos da vida moral¹.

Ser ético, por sua vez, seria agir de acordo com os valores morais da sociedade em que vive. Entretanto, ser ético é muito mais do que uma questão inerente aos costumes ou a princípios universais. É tudo que envolve a integridade, é ser honesto em quaisquer situações, é ter coragem para assumir seus erros e decisões, é ser tolerante e humilde, é pensar se fez o bem ou se causou algum prejuízo ao próximo, é refletir sobre suas ações, sobretudo, quanto a coerência entre o discurso e a prática. Enfim, supõe a boa conduta das ações, visto que a ética é a cognição do bem em forma de teoria consubstanciada nas raízes do próprio contexto sócio cultural.

Ser ético, portanto, nada mais é do que ter na sua consciência a tranquilidade de que agiu de acordo com as máximas *bonum facere e primum non nocere* (do latim, fazer o bem e não causar prejuízo aos outros). Noutros termos é proceder bem, corretamente, sem tentar levar sempre vantagens, é demonstrar na prática que os atos com base nos interesses particulares sejam compatíveis com princípios éticos mais amplos, uma vez que a noção de ética sempre remete a um público maior que o individual.

A moral e sua relação com a ética

Outra discussão de relevo refere-se à distinção entre ética e moral. Instala-se aqui uma verdadeira confusão entre as similitudes e diferenças, a começar pelas definições dos dicionários. Quanto à origem do termo, de acordo com o dicionário de filosofia de J. Ferrater Mora, “a moral deriva de $\eta\theta\omicron\zeta$ ‘costumes’, do mesmo modo que a ‘ética’, de $\eta\theta\omicron\zeta$. Por vezes, a ética e a moral são usadas indistintamente, como disse Cícero (de fato, 1,1)”⁹.

Entretanto, usa-se a palavra moral mais frequentemente para designar códigos, condutas e costumes de indivíduos ou de grupos, como acontece quando se menciona a moral de uma pessoa ou de um povo. Aí, é o equivalente da palavra grega *ethos* e da latina *mores*¹⁰.

De acordo com Abbagnano¹¹, o termo moral apresenta dois sentidos: o primeiro deriva do lat. *Moralia*; in: *Morals*, fr. *Morale*; it. *Morale*; significa o mesmo que “Ética”. Neste significado, a palavra é usada nas seguintes expressões: “M. dos primitivos”, “M. contemporânea” etc. No segundo sentido, deriva “at. *Moralis*; in *Moral*.”

Não é sem motivo que no entendimento de Coimbra¹² os termos “ética e moral são sinônimos de origens distintas, que em si uma é a mesma coisa”, isto é, possuem os mesmos sentidos. Com também afirma Tugendhat¹³ que não se pode tirar nenhuma conclusão do que se pode entender por ética e moral a partir apenas das origens das palavras. De fato, como visto anteriormente, esses termos possuem idênticos conteúdos semânticos. Razão pela qual muitas vezes são empregados no cotidiano indistintamente.

As razões dessas divergências surgiram quando a palavra ética foi traduzida para o latim. O que ocorreu? No latim, não existia uma palavra para traduzir o *êthos*, nem tampouco outra para representar o sentido do termo *êthos*. Então, na essência, esta distinção foi perdida. Ambas foram traduzidas por “*mos*” ou “*mores*” (plural de *mos*, do qual vem o termo *moralis*), pois era a palavra que mais se aproximava do sentido de

ethos, que nessa língua pode significar tanto “costumes” como “caráter” ou gênero de vida.

Em latim, o “*mos*” passou a significar tanto o $\eta\theta\omicron\zeta$ (*êthos* – *morada, caráter, índole*) como $\epsilon\theta\omicron\zeta$ (*éthos* – *hábitos, costumes*) costumes e hábitos³. Aqui reside a origem de toda a confusão acerca do conteúdo semântico dos termos e, por conseguinte, a distinção entre ambos.

Mas, atualmente o termo “moral” é utilizado de maneira distinta que a palavra “ética”. Se olharmos o conceito de moral nos dicionários da língua portuguesa, é fácil perceber que existe alguma distinção conceitual significativa.

Segundo o dicionário Houaiss¹⁴, moral – denota bons costumes, boa conduta, segundo os preceitos socialmente estabelecidos pela sociedade ou por determinado grupo social. Cada um dos sistemas de leis e valores estudados pela ética (disciplina autônoma da filosofia), caracterizados por organizarem a vida das múltiplas comunidades humanas, diferenciando e definindo comportamentos proscritos, desaconselhados, permitidos ou ideais.

Observa-se que o segundo conceito menciona que os sistemas de leis (referindo-se a regras ou normas sociais) e valores que são estudados pela ética. Daí a diferença fundamental: “A Ética significa Ciência da moral, quer dizer, ética seria a construção intelectual, organizada pela mente humana sobre a moral. Esta seria, pois, o seu objeto”¹².

Daí a compreensão de que ética refere-se ao estudo filosófico dos fundamentos, dos princípios, dos deveres e dos demais elementos da vida moral. Trata-se da teoria filosófica sobre a moralidade⁵. Já ao termo moral aplica-se, pelo contrário, à consideração prática dos casos concretos; isto é, para designar a arte de aplicar a teoria filosófica – a ética – aos problemas concretos da vida moral.

“Poder-se-ia dizer que a moral é a matéria prima da ética”¹⁵, pois constitui o conjunto de hábitos e prescrições de uma sociedade. A moral é o que se refere aos usos, costumes, hábitos e habitualidades. De certa forma, ambos os vocábulos [ética e moral] se referem a duas idéias diferentes, mas relacionadas entre si: os costumes dizem respeito aos fatos vividos, ao que é sensível e registrado no acervo do grupo social como prática habitual. A idéia contida na moral é a relação abstrata que comanda e dirige o fato, o ato, a ação ou o procedimento. A moral explica e é explicada pelos costumes. A moral pretende enunciar as regras, normas e leis que regem, causam e determinam os costumes, inclusive muitas vezes, anunciando-lhes as consequências⁶.

De onde se deduz que, por moral deve entender um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos e entre estes com a sociedade num dado contexto histórico e por ética, a ciência que estuda os fundamentos dos juízos morais.

Ética profissional e sua expressão nas áreas médica e de enfermagem

A ética profissional é, na realidade, a aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais¹⁶. Isso significa que o profissional tem que estar imbuído de certos princípios ou valores próprios do ser humano para aplicá-los em seu trabalho. Na prática, a ética profissional pauta-se em proibições, vetos, limitações ou, simplesmente, normatizações que tem por finalidade restringir a conduta ao que se pode ou não se pode fazer ou ao que se deve ou que não se deve fazer enquanto integrante de uma categoria profissional.

Na área da saúde, por tradição, as profissões sempre tiveram como referência as orientações da ética hipocrática. Hipócrates (460-377 a.C.), médico grego, inspirava sua ética na invocação aos deuses, mitos gregos e preces. O juramento hipocrático, que compõe uma parte da extensa coleção de livros do *Corpus Hippocraticum*, integra o texto moral mais importante de toda tradição da história da ética no campo do cuidado humano, desde a Antiga Grécia¹⁷.

O conteúdo do juramento hipocrático consta de duas partes, a primeira se refere às relações entre os mestres e seus discípulos; a segunda, geralmente, conhecida como Código de Ética¹⁸. Os postulados éticos consagrados eram a reverência aos mestres, o respeito ao sigilo profissional, o benefício incondicional ao paciente, absoluto respeito à vida humana, a moralidade pessoal e a vida profissional irrepreensível¹⁷.

Esse legado forneceu a orientação moral para os profissionais da Medicina, por mais de dois milênios. Conforme afirma França¹⁹, a ética hipocrática permaneceu quase integralmente a ponto de interferir em todos os Códigos de Ética e nas Declarações de Princípios adotados no mundo até o fim da década de 60, com apenas algumas atenuações em seus rigores morais mais históricos.

A velha fórmula de entender que o médico sempre sabe o que é bom para o paciente, sem nenhuma justificativa ou consentimento deste ou de seus familiares, não pode ser mais aceita. Paulatinamente, essa concepção ética foi sendo substituída por outra, em que as pessoas exigem o direito de saber as razões e os motivos do que nelas se faz e, até mesmo, o direito e a motivação para cobrar do profissional possíveis danos decorrentes do descumprimento de seus deveres éticos de ofício¹⁹.

Considerando que a Enfermagem só começou a estruturar-se como profissão a partir do século XIX, outra espécie de juramento se destacou em 1893, sob o título de *The Nightingale Pledge*. Foi uma adaptação do Juramento de Hipócrates para a Enfermagem. O conteúdo desse código também era dividido em duas partes: a primeira dizia respeito ao compromisso com o doente. Compromisso de se dedicar ao bem-estar do doente, de não lhe fazer mal, de respeitar sua privacidade. A segunda se referia ao compromisso de proteger o padrão da profissão e de ajudar o médico em sua tarefa²⁰. Segue na íntegra o mais importante texto da tradição histórica da Enfermagem:

Comprometo-me solenemente diante de Deus e na presença desta assembléia a passar toda minha vida a exercer fielmente a minha profissão. Vou abster-se de tudo o que é nocivo e pernicioso, e não administrar qualquer droga nociva. Farei tudo ao meu alcance para manter e elevar o padrão de minha profissão, e que se manterá em sigilo todas as questões pessoais o compromisso de manter a minha família e todos os assuntos que chegam ao meu conhecimento na prática da minha vocação. Com lealdade vou esforçar-me para auxiliar o médico, em sua obra, e me dedicar ao bem-estar daqueles que forem confiados aos meus cuidados²¹.

Esses foram os primeiros documentos que deram origem à formação ética na área da Medicina e da Enfermagem. No decurso dos séculos, e até o presente, alguns dos princípios norteadores da conduta ética no cuidado humano fundamentam-se nessas tradições deontológicas. Por exemplo, a obrigação de guardar sigilo, não administrar

droga nociva e não causar dano intencionalmente ao paciente estão relacionadas com a tradição ética desses juramentos.

Quanto à inclusão do ensino da ética, no Brasil, só foi inserido na Enfermagem, em 1923, com a criação da Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), atualmente, Escola de Enfermagem Ana Nery, unidades de formação acadêmica pertencente à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

Paralelamente, à medida que a Enfermagem foi se organizando e estruturando-se como profissão, intensificaram-se as discussões acerca da ética codificada. Porém, as discussões sobre a criação de um código de ética específico para Enfermagem brasileira só ganhou forma no final da década de 1940. Essa discussão foi trabalhada em nove Congressos Brasileiros de Enfermagem e, finalmente, em 1958 foi aprovado o primeiro código de ética²². Legado que vem servindo de orientação ética para os profissionais dessa categoria, assim como no decorrer dessas cinco décadas passou por várias adequações a realidade moral da profissão e da sociedade, sendo a última em 2007, conforme a Resolução COFEN nº 311.

Deontologia

As normas deontológicas estão relacionadas aos deveres e responsabilidades específicas das diversas categorias profissionais. São normas de “dever ser” e não de “ser”. A posição ética do indivíduo, enquanto ser humano, está diretamente vinculada ao seu “ser”; no entanto, à medida que o indivíduo se insere num grupo profissional, passa a seguir as orientações também deontológicas. São normas “de dever”, não somente inerente ao compromisso de manter os padrões de competência técnica e científica de uma determinada área profissional, como também de condutas compatíveis com os padrões éticos esperados de determinada categoria de profissionais que prestam serviços de relevância na sociedade.

Essas normas têm o condão de coibir abusos, sobretudo, naquelas profissões de maior prestígio na sociedade. Não sem motivo que as primeiras normas deontológicas que se tem notícia datam do segundo milênio antes de Cristo. O Código de Hammurabi (1750 a.C.), por exemplo, nos §§ 215 a 240 já disciplinava as obrigações e responsabilidades dos médicos²³.

No entanto, o termo “deontologia” só veio surgir, de fato, com o filósofo inglês Jeremy Bentham, em fins do século XVIII, no livro *Deontology*, publicado em 1834, para designar o conjunto dos deveres exigidos no exercício de determinada profissão^{24,11}.

Esse termo vem do grego *deon* (*deontology*), *déonto* (*Déontologie*) que significa DEVER e *logos* (tratado) + *ia* – “é qualificada como a ciência que estuda os deveres de um grupo profissional”, é a ciência do DEVER²⁵. Portanto, a deontologia é uma teoria em relação ao que se deve fazer ou o que não se deve fazer. Frequentemente, as normas começam com o advérbio “não”. Geralmente, são normas éticas que expressam proibições ou impedimentos à ação dos profissionais.

Outro aspecto a ser enfatizado é que a deontologia se afeiçoa não só às normas meramente éticas, mas exsurge das normas legais que regem a profissão: “Poderia dizer-se que a figura jurídica é apenas uma parte da deontologia total.

Seria então a deontologia legal, isto é, o conjunto de regras éticas impostas por lei”²⁶.

Entretanto, se, de um lado, exige-se do profissional um conjunto de deveres – Deontologia –; do outro lado, o profissional também possui direitos – Diceologia. Esse termo vem do grego *Dikes* que significa direitos. Assim, enquanto a Deontologia refere-se à codificação dos deveres; a Diceologia seria a codificação dos direitos do homem no exercício de seu trabalho.

A dimensão da ética em face das profissões

Ética é indispensável ao exercício de qualquer profissão por três razões fundamentais: primeira, porque, além da responsabilidade individual, que caracteriza todo ser humano, ao inserir-se num grupo de trabalho, assume o compromisso social; segunda, porque os conhecimentos técnico-científicos, por si só, não bastariam ao profissional, uma vez que a capacitação técnico-científica, sem a formação ética adequada, poderá levar o profissional ao que se denomina tecnicismo. O que torna o profissional mais tecnocrata e menos humano, ou seja, mais afastado do homem e da ética; e terceira, a ética se torna indispensável ao profissional porque, na ação humana, “o fazer” e o “agir” são indissociáveis²⁷.

O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. “O agir” se refere à conduta do profissional, ou conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão²⁷.

Desse modo é preciso que leve em conta que o homem só pode fazer “bom uso” de suas capacidades técnicas e científicas quando o seu trabalho apresentar um rico conteúdo ético. No campo das Ciências da Saúde, em particular, essa importância aumenta porque é um campo de atividade que lida, no cotidiano, com os dois maiores bem jurídicos protegidos – a vida e a saúde humana.

Por conseguinte, o absoluto respeito à vida, aos direitos humanos, à dignidade humana, à cidadania, à igualdade, à justiça, à solidariedade, à liberdade e à autonomia constitui virtudes indispensáveis a prática profissional. Ademais, o princípio ético supremo, a regra de ouro, núcleo da ética universal – a reciprocidade – deve integrar também os pilares da ética. Preceito ético que está presente em todas as tradições e culturas, desde as mais remotas civilizações, que nos ensina: “o que faço aos demais, faço a mim mesmo”. Em outras palavras, aquilo que não desejais para si mesmo, não deve desejar ao outro. Vejamos:

Em Confúcio, se lê: “o que você mesmo não deseja, não o faça aos outros homens” (Diálogos 15, 23). No judaísmo, afirma-se: “não faça aos outros o que não deseja que estes façam a você (Rabbi Hillel, Shabbat 31^a)”. No Cristianismo: “fazei aos outros tudo o que desejais que estes façam a vós” (Mt 7, 12; Lc 6, 31). Kant escreve – “Age de maneira a tratar a humanidade, em tua como em outra pessoa – sempre como fim, jamais como simples meio”²⁸.

A teoria de Kant foi modificada por R. M. Hare, que vê a “universalidade” como uma característica lógica dos juízos morais. Hutcheson, Hume e Adam Smith, filósofos ingleses do século XVIII, invocaram um “espectador imparcial” imaginário como critério de avaliação de um juízo moral. Mas, nada disso é novidade, pois os estóicos (filósofos pré-socráticos) já afirmavam que a ética provém de uma lei natural universal²⁸.

Isso mostra que a ética exige que extrapolemos o “eu” e o “você” e cheguemos à lei universal, ao juízo universalizável, ao ponto de vista do espectador imparcial, ao observador ideal, ou qualquer outro nome que se dê, como afirma Piter Singer²⁸.

Conclusão

A existência de um código de ética profissional não é garantia do comportamento de forma desejada. Nem todas as profissões possuem um código de ética, nem por isso são menos prestigiadas, pois quem dá vida ao código é a consciência ética do homem em face do amor pelo seu trabalho.

Como pondera Sá²⁹, “quando a consciência profissional se estrutura em um triângulo, formado pelos amores à profissão, à classe e à sociedade, nada existe a temer quanto ao sucesso da conduta humana”. O dever passa a ser uma simples decorrência das convicções plantadas nas áreas recônditas do ser, ali depositadas pela convicção pessoal; e não por imposição de deveres.

De modo que a dimensão da ética, diante do exercício de uma profissão, representa a síntese perpétua do trabalho humano perante o comportamento do profissional que reflete no outro e de quem dos serviços profissionais dependem.

Não é sem razão que a fundadora da Enfermagem moderna, Florence Nightingale³⁰, já ressaltava em 1896 que, ser enfermeira é executar o trabalho conforme o seu próprio e elevado conceito do que é certo e o melhor para o doente, não apenas para cumprir ordens, mas para sua própria satisfação. Porque se o enfermeiro não o fizer para sua satisfação pessoal, de nada adiantará ensiná-lo e dizer-lhe que o faça.

Referências

1. Figueiredo AM. Ética: origens e distinção da moral. *Ethics: origins and the moral distinction*. Saúde, Ética & Justiça. 2008;13(1):1-9.
2. Valls ALM. O que é ética. 8ª. São Paulo: Brasiliense; 1996.
3. Cubelles SC. Compêndio de ética filosófica e história de la ética. Valência: Edicep; 2002. p. 15/7.
4. Aranguren JLL. Ética. 5ª ed. Madri: Seleta; 1972. pp. 6/24/5.
5. Ferrer JJ.; ÁVAREZ JC. Para fundamentar a bioética: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea. São Paulo: Loyola; 2005. pp.25/26/7.
6. Korte G. Iniciação à ética. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira; 1999. p.1/64.
7. SKORUPSKI J. Ética. In: Tsui-James EP, Nicholas B, organizadores. *Compêndio de filosofia*. São Paulo: Loyola; 2002. p.196.
8. BELLINO F. Fundamentos da Bioética. Bauru/SP: EDUSC; 1997. p. 170/182.
9. MORA JF. Dicionário de filosofia. São Paulo: Loyola; 2005. T-2 (E-J). p. 211.
10. RUNES DD. Dicionário de filosofia. Lisboa: Presença; 1990. p. 264.
11. ABBAGNANO N. Dicionário de filosofia. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2007.
12. COIMBRA JAA. Fronteiras da ética. São Paulo: Senac; 2002. p.75.
13. TUGENDHAT E. Lições sobre ética. 5ª ed. Petrópolis: Vozes; 1997. p.36
14. HOUAISS A. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2001. p. 1958.
15. NALINE J. Ética geral e profissional. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; 1999. p. 35
16. CAMARGO M. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. Petrópolis/RJ: Editora vozes; 2001.
17. DRUMOND JGF. O “ethos” médico: a velha e a nova moral médica. Montes Claros-MG: Editora da Unimontes; 2005.

18. GRACÍA D. Fundamentos de bioética. 3ª ed. Madrid: Triacastela; 2008.
19. FRANÇA GV. Deontologia médica e bioética. In: Urban CA. Bioética clínica. Rio de Janeiro: Revinter; 2003.
20. DURAND G. Introdução geral à bioética: história, conceitos e instrumentos. São Paulo: Loyola; 2003.
21. LEONE S, PRIVITERA S, CUNHA JT (Coord.). Dicionário de bioética. Aparecida. Editora Santuário; 2001.
22. GERMANO RM. A Ética e o Ensino de Ética na Enfermagem do Brasil. São Paulo: Cortez; 1993.
23. BOUZON E. O Código de Hamurabi. 9ª ed. Petrópolis – RJ: Editora vozes; 2001.
24. Cunha LAA universidade temporã. Rio de Janeiro: Editora: Livraria Francisco Alves; 1986. 247
25. GELAIN I. Deontologia e Enfermagem. 3º ed. São Paulo: EPU; 1998.
26. OLIVEIRA E. Deontologia, Erro Médico e Direito Penal. Rio de Janeiro: Editora Forense; 1998. p.3.
27. MOTTA NS. Ética e Vida Profissional. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural; 1984.69
28. SINGER P. Ethics. Oxford: OUP; 1994. pp.19/335/18.
29. SÁ AL. Ética Profissional. São Paulo: Atlas; 2000. p. 16.
30. NIGHTINGALE F. Notas sobre a enfermagem: o que é e o que não é. Tradução de Amália Correa de Carvalho. São Paulo: Cortez; 1989.